

DISCURSO DO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SESSÃO COMEMORATIVA
DO 30.º ANIVERSÁRIO DA ADESÃO
À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

10 DE NOVEMBRO DE 2008

Há trinta anos, Portugal chancelava a sua reentrada formal no concerto das nações civilizadas com o início da vigência da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), confirmando a ruptura política que havia operado quatro anos antes no 25 de Abril.

É esse reencontro civilizacional de um país consigo mesmo, de um país que prematuramente havia abolido a pena de morte e que rapidamente pusera fim à escravatura, que hoje estamos aqui comemorando.

A 1.^a República terminara abruptamente quando os movimentos ditatoriais de direita começaram a tomar conta da Europa central e ocidental como contraponto aos movimentos de sinal inverso que invadiam a Europa de Leste; no fundo, era o reflexo político de concepções divergentes sobre o modo como se ordenava o sector económico, planificando-o na íntegra como defendiam uns ou entregando-o à boa vontade do funcionamento espontâneo como defendia a escola liberal vienense de Von Mises, mitigada embora por uma visão reguladora do Estado.

Durante quarenta e oito anos Portugal vegetou na periferia da Europa.

Até à segunda Grande Guerra esse afastamento assumido passou dissolvido no conjunto de movimentos similares que vandalizavam outros países europeus; depois dela, a expulsão portuguesa do concerto das nações tornou-se cada vez mais nítida à medida que os movimentos independentistas de ex-colónias de países europeus se afirmavam e Portugal teimava na sua política de avestruz.

A pobreza interna que se foi avolumando por força de uma política industrial condicionada, do sorvedouro de despesas de uma guerra colonial sem solução, da lenta entrada do país nos circuitos internacionais do comércio e do investimento nos anos 60 e do desencanto de um povo que emigrava e que – como dizia o poeta – se via derramado cada vez mais na gare de Austerlitz, essa pobreza

acabou por desaguar no 25 de Abril e abrir as portas a uma nova era e a um novo mundo.

* * * * *

A C.E.D.H. foi elaborada no âmbito do Conselho da Europa tendo entrado em vigor na ordem jurídica internacional em 3 de Setembro de 1953 mau grado a sua aceitação pelos Estados se ter iniciado quase três anos antes.

Portugal assinou-a em Setembro de 1976, ou seja, pouco mais de dois anos depois do regresso da democracia ao nosso país, mas a sua entrada em vigor ocorreu tão-só a 9 de Novembro de 1978; isto é, perfizeram-se ontem três décadas.

A Convenção Europeia é verdadeiramente o repositório, o catálogo europeu dos direitos do Homem cuja guarda foi entregue a um verdadeiro tribunal cada vez mais prestigiado e ouvido.

A Convenção não se limita por isso a ser um mero texto fundador de boas intenções e cuja exequibilidade passa pela variabilidade concreta de condições e de condicionalismos conjunturais, mas é um texto constitucional de direitos humanos cuja implementação, realização e coercibilidade são controladas jurisdicionalmente por um Tribunal Europeu.

Nesta imperatividade está muito da sua força; mas a latitude ampla dos seus destinatários confere-lhe uma vocação tendencialmente universal que, num século de amplos movimentos migratórios transcontinentais de zonas pobres com gente a mais para zonas ricas em queda demográfica, assume uma relevância insubstituível.

Na verdade, a Convenção Europeia não se destina tão-só a europeus; destina-se a todos, seja qual for a sua origem e proveniência, os que ocupam o espaço europeu e o espaço transeuropeu que se prolonga por todos os países que a ela aderiram, conferindo-lhe por isso a universalidade que a enforma.

A Convenção é, por isso, a Magna Carta moderna de todos os que habitam esse espaço, sejam originários dele ou não.

Dentro de dias, inicia-se em Portugal, na Beira Interior, uma grande homenagem ao cônsul português de Bordéus (Aristides de Sousa Mendes) que em 1940, desobedecendo ao Governo de Salazar, salvou milhares de refugiados, iniciava-se então a hecatombe da 2.^a Grande Guerra.

Na opção humanitária desse cônsul palpitava afinal o que está na consciência humana e que a Convenção Europeia cristalizou no seu texto fundador e nos seus Protocolos.

Nada melhor do que esta feliz coincidência de datas para comemorarmos, aqui, neste Supremo Tribunal, o dia em que a Europa chegou ao Oceano Atlântico.

Luís António Noronha Nascimento
10 de Novembro de 2008